

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 743 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1998

## Debate do ajuste fiscal movimentou o Senado

Antonio Carlos Magalhães garante que o Congresso se comportará com independência na análise das propostas do governo; senadores de oposição dizem que as medidas vão apenas gerar recursos para pagar juros



O senador Antonio Carlos Magalhães (com os senadores Bernardo Cabral e José Roberto Arruda) afirma que não há acerto prévio com o governo para aprovar as medidas de ajuste

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu ontem que o Congresso Nacional se comportará com independência ao analisar as medidas do ajuste fiscal. No plenário, os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Roberto Requião (PMDB-PR) e José Eduardo Dutra (PT-SE) criticaram as medidas que estariam em estudos pelo governo, inclusive o aumento de impostos, dizendo que os recursos gerados servirão somente para pagar juros da dívida pública.

PÁGINAS 4 e 5

### Projeto contra racismo vai à Câmara

PÁGINA 7

### BALANÇO

## Plenário discute PEC e vota matérias

Mesmo com a semana mais curta, pelo feriado de segunda-feira, senadores desenvolveram ritmo intenso de trabalho no plenário e comissões.

PÁGINA 2

### Senadores avaliam eleições

Na sessão de ontem, os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Marina Silva (PT-AC) e José Saad (PMDB-GO) comentaram os resultados e outros aspectos das eleições em seus estados e no país.

PÁGINA 8

Textos de conferências internacionais e renovações de concessões de radiodifusão foram apreciados nesta semana pelo plenário do Senado

## Aprovados textos de conferências internacionais

O plenário ratificou ontem, por unanimidade, os textos de duas conferências da União Internacional de Telecomunicações. Com a decisão, o Brasil terá direito a voto na entidade.

PÁGINA 3



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1998

▶ 9h - Sessão não deliberativa

## PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (19.10.98)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (20.10.98)

▶ 14h30 - Agenda em aberto

Quarta-feira (21.10.98)

▶ 14h30 - Agenda em aberto

Quinta-feira (22.10.98)

▶ 14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (23.10.98)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

Segunda-feira (26.10.98)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (27.10.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; e \*PLC nº 103/96, que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31/12/73, que dispõe sobre os registros públicos

Quarta-feira (28.10.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*Substitutivo da Câmara ao PLS nº 5/91, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular; \*PDL nº 112/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro-SP; \*PDL nº 113/97, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel - O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catalão-GO e \*PDL nº 121/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cambará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cambará-PR.

Quinta-feira (29.10.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PLC nº 62/97, que altera a Lei nº 8.171, de 17/01/91, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária; e \*Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas.

Sexta-feira (30.10.98)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

## ESPECIAL

Quarta-feira (21.10.98)

Cultura ao Meio-Dia  
Filme: *Caro Diário*, de Nani Moretti  
Local: Auditório Petrônio Portella



Está pronta para votação em plenário a proposta de redução das despesas dos legislativos municipais

## Trabalho no Senado foi intenso mesmo com semana mais curta

Apesar do feriado dedicado ao culto da Padroeira do Brasil, o plenário concluiu a discussão da emenda que limita gastos das câmaras e aprovou renovações de concessões de rádio e TV

O feriado dedicado ao culto da Padroeira do Brasil não atrapalhou as discussões e votações de importantes projetos no Senado Federal. O plenário encerrou a discussão da proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita o total de despesas com as câmaras de vereadores. A PEC está pronta para ser votada em primeiro turno.

A proposta de Amin estabelece que os gastos dos legislativos municipais não poderão ultrapassar uma porcentagem máxima da arrecadação do município, variando de acordo com sua população. Assim, cidades com até 10 mil habitantes poderiam gastar, no máximo, 8% da arrecadação municipal. A alíquota vai diminuindo um ponto percentual a cada aumento populacional: 7% para municípios com 10 mil a 50 mil habitantes; 6% para os de população entre 50 mil a 100 mil; 5% para os que tiverem entre 100 mil e 500 mil habitantes; 4% para aqueles entre meio milhão e um milhão de habitantes; e 3% para os que estiverem acima disso.

Substitutivo apresentado pelo relator da matéria, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), diminui essas faixas para apenas três: 8% para os municípios com população de até 100 mil habitantes; 7% para cidades entre 100 mil e um milhão de pessoas; e 6% para as que tenham mais de um milhão de habitantes.

O plenário aprovou a renovação

### CCJ aprova representantes no TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou os nomes de quatro representantes dos trabalhadores no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os ministros Leonaldo Silva e Antonio Maria Cortizo foram reconduzidos aos cargos de ministro classista para o triênio 1999-2001.

A CCJ também aprovou as mudanças propostas pelo presidente da República para o quadro de policiais militares femininos do Distrito Federal. Os quadros de oficiais e praças femininos foram fundidos com os masculinos. Ficou mantido um percentual mínimo de 10% para o sexo feminino. Com quadros separados, as vagas para

de três concessões de rádio. Com parecer favorável do senador Djalma Bessa (PFL-BA), foi renovada a permissão outorgada à FM Cidade de Ilhéus Ltda, da Bahia. A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) também apresentou parecer favorável à renovação da permissão da Empresa São Borjense de Comunicações Ltda, para transmi-

tir em FM para a cidade de São Borja (RS). Foi renovada ainda a concessão da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., para explorar a transmissão de sinais de TV na cidade de São Paulo (SP), com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP). As concessões de rádio são válidas por dez anos, e as de TV, por 15 anos.

mulheres eram bem menores, o que fazia com que o tempo decorrente para promoção fosse muito maior do que o dos homens. O projeto ainda será votado em plenário.

Ainda na CCJ, foi aprovado por unanimidade o parecer do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sobre consulta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ficou decidido que os projetos de lei autorizativa – sejam elas administrativas, orçamentárias ou tributárias – são constitucionais.

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) foi aprovado parecer favorável do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) a projeto de lei da Câmara que modifi-

ca a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Pelo projeto, a competência da junta de conciliação e julgamento para decidir sobre questões de agente ou viajante comercial passa a ser daquela situada na localidade da agência ou filial da empresa à qual o trabalhador estiver subordinado.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o convite ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e ao presidente do Banco Central, Gustavo Franco, para prestar esclarecimentos sobre as medidas que vêm sendo tomadas pelo governo para combater os efeitos da crise econômica internacional.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalma Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Simon quer obrigar as emissoras a dedicarem 5 horas por semana à educação infantil

## Pedro Simon propõe o uso educativo da televisão

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer usar o poder de influência da televisão na melhoria da educação das crianças brasileiras. Para isso, apresentou projeto de lei, que está na Comissão de Educação, determinando que as emissoras de TV "dedicarem pelo menos cinco horas semanais à transmissão de programação especificamente concebida para a educação moral, cultural e intelectual das crianças".

Pelo projeto, o cumprimento da lei será verificado no processo de renovação das concessões de canais de TV e no momento em que o Congresso apreciar os atos do Poder Executivo de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Para a renovação da concessão ou permissão, é necessária a apresentação, "como documento indispensável", de Relatório de Televisão Educativa para Crianças, contendo consolidação dos relatórios de programação infantil, em formato padronizado pelo Ministério das Comunicações.

De acordo com a sugestão de Simon, a programação educativa será distinta dos atuais programas infantis, atendendo às necessidades educacionais e informativas da criança e do adolescente de idade igual ou inferior a 16 anos, e identificando-se com uma simbologia específica. O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) é o relator da matéria.

Simon justifica sua proposta lembrando que a televisão é um importante elemento "de educação ou deseducação de nossas crianças". Inúmeras pesquisas demonstram a eficácia dos programas de televisão concebidos com a finalidade de ensinar às crianças habilidades específicas, acrescenta o parlamentar gaúcho.

# Senado ratifica acordos na área de telecomunicações

Decisão permitirá ao Brasil concorrer ao segundo cargo mais importante da União Internacional de Telecomunicações

O plenário do Senado ratificou ontem, por unanimidade, os textos de duas conferências da União Internacional de Telecomunicações (UIT) realizadas, respectivamente, em Genebra, na Suíça, e em Quioto, no Japão. Com a aprovação do projeto de decreto legislativo, o Brasil poderá participar com direito a voto da conferência da UIT iniciada no último dia 12, com término previsto para 6 de novembro. A matéria será promulgada pelo presidente do Senado, que enviará comunicação ao presidente da República.

Conforme a Agência Nacional de Telecomunicações, o Brasil concorrerá ao posto de vice-secretário-geral da UIT, o segundo em importância na organização, em eleição a ser realizada no próximo dia 20.

Aprovados inicialmente na Câmara dos Deputados, os textos obtiveram parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde o projeto de decreto legislativo foi relatado pelo senador José Agripino (PFL-RN).

O primeiro texto, de 1992, intitulado "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários", promoveu ampla reestruturação do organograma da UIT, com "supressão, fusão e ampliação de órgãos, visando à melhoria das operações e à participação direta do setor privado em suas atividades", como registrou o relator da CRE. No organograma, a Conferência de Plenipotenciários, que se reúne a cada quatro anos e é constituída por representantes dos estados-membros, é o órgão supremo da UIT, agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) que serve de foro aos países-membros, quando eles pretendem estabelecer normas e padrões



Agripino, em pé ao lado de ACM, relatou o projeto aprovado ontem

para um desenvolvimento ordenado dos sistemas nacionais de comunicações.

### PLANOS ESTRATÉGICOS

Com essa reestruturação de 1992, a ONU, as instituições especializadas e as organizações ligadas às telecomunicações também adquiriram direito de participação nas conferências. A secretaria-geral, cuja vice é almejada pelo Brasil, prepara as políticas e os planos estratégicos da UIT, coordenando suas atividades e atuando como seu representante legal, destacou José Agripino.

O segundo texto ratificado pelo Senado, de 1994, intitulado "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários da UIT", emenda três artigos da Constituição e sete artigos da Convenção da UIT. Além disso, contém duas decisões, 69 resoluções e três recomendações. Entre as resoluções, uma contém detalhado Plano Estratégico da UIT para o período 1995-1999.

O senador José Agripino, ao justifi-

car seu parecer favorável, salientou que a ratificação das conferências pelo Congresso é oportuna e conveniente "para que a útil e independente agência especializada da ONU realize o seu triplice objetivo: na esfera técnica, promovendo o desenvolvimento e a exploração eficaz dos meios de telecomunicação; na esfera de desenvolvimento, oferecendo assistência técnica aos países mais necessitados; e na esfera política, adotando, em nível internacional, um enfoque cada vez mais amplo das questões de telecomunicações".

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), ao final da votação, esclareceu que, não fossem os esclarecimentos que lhe foram prestados pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), no sentido de que havia urgência na aprovação da matéria, teria preferido "não votá-la". Segundo disse, o projeto deveria ter sido debatido na comissão antes de seu encaminhamento ao plenário.

## Agência regula normas e padrões internacionais

Uma das agências especializadas das Nações Unidas, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) é o foro onde os países membros estabelecem a regulamentação internacional das telecomunicações, mediante a adoção de normas e padrões que possibilitam promover o desenvolvimento ordenado de sistemas nacionais nessa área.

Foi para adaptar essa agência às rápidas mudanças no campo das telecomunicações que, em 1992, os países-membros se reuniram em Genebra, voltando a se encontrar no Japão, dois anos depois, para aprovar emendas a esses atos.

Era necessário que o Legislativo brasileiro ratificasse os textos desses atos para haver a definitiva adesão do Brasil às modificações feitas na Constituição e na Convenção da UIT. A não-ratificação impediria o Brasil de exercer o direito de voto, tanto em reuniões como em conferências mundiais e regionais da UIT.

Nesses Atos Finais está previsto que os membros da UIT se comprometem a adotar todas as medidas para garantir o segredo da correspondência internacional. Todavia, reserva-se o direito de transmitir essa correspondência às autoridades competen-

tes, quando for necessário garantir a aplicação da legislação ou o cumprimento de convenções internacionais.

Outro dispositivo prevê que as estações de radiocomunicações estão obrigadas a aceitar, com prioridade absoluta, as chamadas e mensagens de socorro, qualquer que seja sua origem, dando-lhes imediato andamento. Os membros da UIT também se comprometem a adotar as medidas necessárias para impedir a transmissão ou circulação de sinais de socorro, urgência, segurança ou identificação que sejam falsos ou enganosos.

## Alfredo Bozzi é o convidado de Autores e Livros

O cantor e compositor mineiro José Antonio de Freitas Mucci – o Tunai – é o entrevistado do *Especial* de outubro, produzido pela Rádio Senado. No programa, Tunai fala sobre a infância, a carreira, os discos e os projetos.

Entre outros episódios interessantes, ele relembra seu lançamento como compositor pela cantora Elis Regina, que gravou a música *As Aparências Enganam*. Revela, ainda, que planeja gravar seu sétimo disco, ao vivo, com a participação do irmão, João Bosco, e de Milton Nascimento, com quem compôs *Certas Canções e Rádio Experiência*. A entrevista, que vai ao ar amanhã, às 20h, será entremeada por músicas compostas por Tunai.

Também foi entrevistado pela Rádio Senado o ensaísta e historiador Alfredo Bozzi. Autor de *O Ser e o Tempo da Poesia* e de *História Concisa da Literatura Brasileira*, Bozzi é o convidado do programa *Autores e Livros*, que vai ao ar no sábado às 10h30 e no domingo às 19h30.

## Boa música na programação da Rádio Senado

Dois programas de música clássica e um de música popular, todos apresentados pelo senador Artur da Távola, serão transmitidos neste fim de semana pela Rádio Senado.

A *Música Erudita e seus Mestres* apresenta o *Instrumental Erudito de Base Popular*, com o violinista Aníbal Augusto Sardinha, o Garoto, um dos precursores da Bossa Nova.

E dando continuidade à série sobre a vida e a obra do compositor alemão Johannes Brahms, a Rádio Senado apresenta, às 22h deste sábado e às 17h do domingo, o vigésimo programa. Ele traz a quinta, sexta e sétima partes do *Requiem Alemão* – opus 45, interpretado pela orquestra e coro da Sinfônica de Chicago.

Já o programa *A Música do Brasil* traz uma variedade de composições populares brasileiras tais como: *Fora da Lei*, de Rita Lee, com Ed Motta; *Amigo é pra essas Coisas*, de Aldir Blanc e Sílvio da Silva Jr., com o MPB-4; e *Na Cadência do Samba*, de Ataulfo Alves, interpretada por Cássia Eller. O programa vai ao ar no sábado às 16h e no domingo às 22h.

# Ademir, Dutra e Requião criticam ajuste fiscal

Senadores prevêem que aumento de impostos e demais medidas estudadas pelo governo com o objetivo de equilibrar as contas públicas não beneficiarão o país e servirão apenas para pagar juros da dívida

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), com o apoio dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e José Eduardo Dutra (PT-SE), criticou ontem as medidas que estariam sendo examinadas pelo governo para o ajuste das contas públicas e a reforma tributária a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

Ademir Andrade ressaltou a responsabilidade que o Congresso terá ao examinar as medidas enviadas pelo governo. Segundo ele, o Executivo pode cortar R\$ 10,2 bilhões sem a necessidade de consultar o Legislativo, mas vai ter que consultar o Parlamento para aumentar impostos.

– Para fazer o que com esse dinheiro? Para pagar os juros? É para isso que estamos sacrificando o povo brasileiro? – questionou Ademir.

Em aparte, Requião afirmou que “esse ajuste fiscal é uma fantasia que está sendo criada em um país que está com juros em 50% ao ano”.

– Não há ajuste que possa pagar essa dívida mobiliária – assegurou.

Já o senador José Eduardo Du-



Dutra diz que a oposição votará a favor da taxaço de grandes fortunas



Requião considera o ajuste, com os juros atuais, “uma fantasia”

tra ressaltou que a tendência do governo é optar pelo caminho mais fácil na reforma tributária. Porém, segundo ele, as propostas do Executivo não recaem sobre aqueles que realmente deveriam pagar impostos, ou seja, o sistema financeiro e os grandes proprietários de terra.

– Esse governo já fez a reforma fiscal que lhe interessava. Criou o Fundo de Estabilização Fiscal, reduzindo os recursos para estados e municípios, apro-

vou a “Lei Kandir”, que acabou com a cobrança de ICMS sobre produtos primários e semi-industrializados, e diminuiu a contribuição sobre lucro líquido dos bancos de 25% para 13% – analisou Dutra.

O senador cobrou ainda do ex-ministro do Planejamento, deputado Antônio Kandir (PSDB-SP), a promessa de que, com a aprovação da lei que leva o seu nome, o país se transformaria em uma máquina de exportação.

– Hoje, o déficit da balança comercial já passa de R\$ 6 bilhões – disse.

Ademir Andrade aproveitou para informar que já apresentou à Mesa do Senado projeto para revogar a “Lei Kandir”. Para ele, a lei desestimula a industrialização do país.

Continuando seu aparte, José Eduardo Dutra ressaltou que o dinheiro arrecadado com o Imposto Territorial Rural (ITR) é irrisório e equivale aos recursos levantados pela prefeitura do Rio de Janeiro somente no bairro de Copacabana.

– Não adianta aumentar impostos de quem quer que seja. Com os juros que estão aí, esse dinheiro vai sair pelo ralo. Fernando Henrique Cardoso vai ter seu nome grafado no livro dos records pela elevação que promoveu na dívida interna – condenou Dutra.

Segundo ele, a oposição vai votar a favor da taxaço de grandes fortunas, projeto do então senador Fernando Henrique Cardoso, sem que isso signifique apoio a qualquer outra medida proposta pelo governo.



Maldaner diz que agiotagem destruirá empresas e finanças públicas

## Maldaner alerta para juros abusivos

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem às autoridades econômicas que atentem para as conseqüências das altas taxas de juros, resultantes de “uma política equivocada” que, em sua opinião, prejudica micro e pequenos empresários e consumidores e abre espaço para práticas explícitas de agiotagem financeira.

A manutenção das altas taxas de juros, além de levar as empresas à falência, segundo Maldaner, acabará por destruir as finanças públicas, pois os próprios governos federal, estaduais e municipais são espoliados por elas.

O senador elogiou as iniciativas do ministro da Justiça, Renan Calheiros, de coibir a agiotagem praticada por pessoas físicas e de anular cláusulas dos contratos das administradoras de cartões de crédito consideradas abusivas. Ele apelou ao ministro “no sentido de adotar procedimento linear e idêntico contra todas as financeiras do país, entre elas a Losango e a Fininvest, que estão praticando agiotagem de quase 16% ao mês”. Segundo Maldaner, só as pessoas mais humildes recorrem a empréstimos junto a essas financeiras, que propagandeiam seus serviços em programas de televisão, principalmente aos domingos.

O Banco Central, na avaliação do senador, “é conivente com essa situação perversa e admite a cobrança de juros ilegais, de modo que, em última instância, o governo federal se torna o maior agiota do Brasil”.

## Comissão do desemprego irá até dezembro

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento da Comissão Parlamentar Externa destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no Brasil solicitando a prorrogação, até 15 de dezembro, do prazo para encerramento de seus trabalhos.

Em nome do presidente da comissão, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o requerimento foi apresentado pelos senadores Osmar Dias (PSDB-PR), vice-presidente, e Djalma Bessa (PFL-BA).

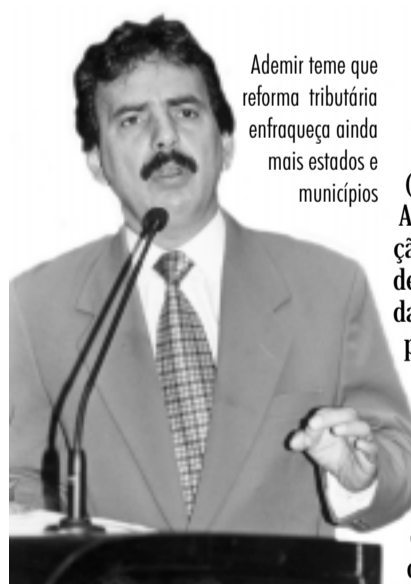
## Condenada a redução de repasses

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou ontem a redução dos repasses de recursos constitucionais para estados e municípios, problema que pode se agravar com a reforma tributária, caso o governo amplie os recursos destinados ao Fundo de Estabilização Fiscal, composto de percentuais do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

– Tenho dó do que vai acontecer aos governadores com a aprovação de um ajuste fiscal depois do segundo turno das eleições – afirmou Ademir.

A redução da parcela da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada aos governos estaduais e prefeituras aumenta a dependência política dos estados e municípios em relação à União, observou o senador.

– As responsabilidades sobre a saúde e a educação da população estão cada vez mais sendo repassadas para os municípios, mas os recursos não chegam – denunciou



Ademir Andrade.

Para o senador, a medida, caso seja tomada, enfraquecerá os estados e municípios, que hoje já estão de “pires na mão”. O senador também condenou a política de liberação de recursos previstos no Orçamento.

– A liberação só sai em troca de votos no Congresso. Das emendas que consigo incluir no Orçamento,

Ademir teme que reforma tributária enfraqueça ainda mais estados e municípios

apenas 20% dos recursos são liberados. Faço um alerta aos governadores e prefeitos do Brasil – disse.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) associou-se a Ademir e condenou a centralização de recursos pelo governo federal, que domina cerca de 60% da arrecadação de impostos no país.

– Essa é uma cultura secular que nasceu com o próprio país. Hoje, o poder do governo federal é tão grande ou maior que na época da ditadura. Está na hora de os estados e municípios criarem uma grande frente para fazermos justiça na distribuição dos recursos – afirmou Bezerra.

Segundo ele, governadores e prefeitos dependem da União para tudo, desde construir uma escola até comprar uma ambulância. Além disso, para liberar os recursos, prefeitos e governadores têm que viajar a Brasília e levar um deputado ou senador “a tiracolo”.



# ACM diz que Congresso agirá com independência

O presidente do Senado nega acerto com o governo e prevê que os parlamentares analisarão as novas medidas econômicas levando em conta “a gravidade da situação que o país atravessa”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu ontem que o Congresso Nacional se comportará com independência ao analisar as medidas do ajuste fiscal que estão sendo preparadas pelo governo para fazer frente à crise econômica internacional.

– Não há acerto com o governo. Ele manda as medidas quando achar conveniente e o Congresso Nacional votará com independência e de acordo com a gravidade da situação econômica que o país atravessa – afirmou.

Antonio Carlos comentou o pedido de prefeitos e empresários de São Paulo que querem pressa no anúncio das medidas. Para ele, o calendário político impede que o governo aja mais rapidamente.

– Quem tem pressa é o Brasil. Mas as circunstâncias políticas do país, com eleições no dia 25, impedem ações do Congresso e do

Poder Executivo com relação a ter mais pressa do que já estão tendo. As medidas estão sendo preparadas, vão ser apresentadas ao presidente da República e ele as submete ao Congresso – resumiu.

Sobre os rumores da transformação da CPMF de contribuição provisória em imposto permanente, com aumento de alíquota, Antonio Carlos Magalhães ressaltou que a decisão deve passar pelas diversas forças políticas do Congresso. “Temos de discutir em termos de lideranças. Não adianta eu ser a favor porque não mando no Congresso”, disse.

O presidente do Senado não apóia a pretensão dos prefeitos paulistas de que parte dos recursos deste tributo seja repassada aos municípios. Ele disse ainda não acreditar que as medidas contêm aumento de alíquota do Imposto de Renda.

## Aumento de impostos deve ficar de fora do ajuste fiscal

As medidas do ajuste fiscal em elaboração pelo governo não deverão – segundo o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães – trazer aumentos de impostos. “Se houver, será uma quebra de compromisso”, acrescentou. De acordo com o senador, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) não seria conceituada como imposto.

Segundo Antonio Carlos, o momento mais adequado para que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, compareça ao Senado, a convite da Comissão de Assuntos Econômicos, para debater as medidas com os parlamentares será imediatamente após

a divulgação das propostas pelo governo. “Acho, inclusive, que o ministro tem todo o interesse em vir, mas antes do anúncio das medidas seria improdutivo”, observou.

O senador voltou a enfatizar que o Congresso fará todo o esforço necessário para votar o projeto do Orçamento da União para 99 até o final do ano. Se houver convocação extraordinária do Congresso, em janeiro, será para tratar de outros temas, como as propostas de reforma política e tributária. A respeito do novo ministério, no futuro governo Fernando Henrique, ele disse que, “na melhor das hipóteses”, poderá ser conhecido em dezembro.

## Governador da província do Japão visita ACM

O governador da província japonesa de Yamagati, Kazuo Takahashi, esteve ontem reunido com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Durante a visita, o governador conseguiu o apoio do presidente do Congresso para aumentar o intercâmbio entre Brasil e Japão, principalmente diante da atual crise econômica internacional. Takahashi procurou informações

sobre Brasília, já que há uma previsão de que a província de Yamagati venha sediar a futura capital do Japão. Kazuo Takahashi aproveitou a visita ao Brasil para comemorar os 45 anos da fundação da Yamagati Kenjinkai do Brasil, entidade sediada em São Paulo que presta assistência aos imigrantes japoneses oriundos daquela província.



O novo presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva, levou a Antonio Carlos apoio dos empresários à reforma

## Fiesp defende pressa para a reforma tributária

O novo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, fez um apelo ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, no sentido de que o Congresso Nacional acelere a tramitação da proposta de reforma tributária. “Enquanto o país não desonerar os setores produtivos, estaremos gerando empregos lá fora e adiando a saída da crise”, destacou o recém-eleito presidente da federação.

Segundo Piva, Antonio Carlos concordou com a tese e manifestou-se solidário aos esforços para mobilizar o Poder Legislativo, a fim de dar ao país um novo sistema fiscal e tributário “que estimule a produção e ajude a gerar empregos”. As federações estaduais da indústria, acrescentou o dirigente da Fiesp, estão dispostas a mobilizar-se para “sensibilizar os parlamentares e procurar convencer os governadores a apoiarem o projeto de refor-

ma tributária”.

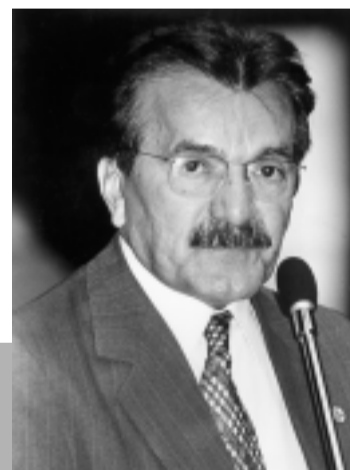
A proposta do governo para a reforma tributária corresponde em boa medida, segundo Piva, às expectativas dos empresários da indústria brasileira. O dirigente da Fiesp disse ao presidente do Senado que os industriais “estão dispostos a colaborar com um trabalho de pressão que torne claro o sentido de urgência para a aprovação da reforma tributária no país”.

## Odacir alerta para riscos à federação

A reforma tributária analisada pelo governo federal pode abalar o sistema federalista do país, uma vez que a União passará a controlar 80% da arrecadação, causando grandes prejuízos a estados e municípios. A previsão foi feita pelo senador Odacir Soares (PTB-RO), para quem a proposta que está sendo elaborada pelo Executivo deveria ser revista e refeita, “partindo do pressuposto de que o ajuste fiscal de que temos necessidade assenta-se na justiça social e na autonomia dos estados e municípios”.

Odacir recorreu a artigo recentemente publicado na *Gazeta Mercantil*, de autoria do presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), Jeovalter Correia Santos, que condena o projeto que está sendo preparado pelos técnicos da área econômica, o qual, segundo adverte, acarretará em perda de 50% na arrecadação dos estados e municípios.

– Em sendo verdade, não há como esconder a sombria realidade resultante da iniciativa do governo fede-



Odacir Soares defende manutenção de autonomia para estados e municípios

ral, que será a perda da autonomia administrativa e política de governadores e prefeitos, o que não é saudável para o sistema político e econômico de um país que pretende ser democrático – assinalou Odacir Soares, corroborando a opinião do presidente da Fenafisco.

### PROPOSTA

O senador sugeriu uma proposta de Jeovalter Correia Santos para

reestruturar o sistema tributário nacional, defendida no artigo. Ela se baseia em estudo da Fundação Getúlio Vargas, segundo o presidente da Fenafisco, e estabelece que o Imposto de Renda e os impostos regulatórios – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Exportação e Importação e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – fiquem nas mãos da União.

O imposto sobre o consumo, de acordo com a proposta da Fenafisco, continuaria com os estados, enquanto impostos incidentes sobre a propriedade, como o Imposto Predial e Territorial Urbano, ficariam com os municípios.

Na avaliação de Odacir Soares, se o que se quer é modernizar o sistema tributário, tornando-o compatível com as exigências do momento histórico, deve-se levar em consideração a palavra dos representantes dos fiscos estaduais, e “não desconsiderar os pilares que sustentam a Federação”.

# Hollanda aponta mau estado das estradas federais

Segundo levantamento do DNER citado pelo senador, apenas 51 mil dos 90 mil quilômetros de rodovias federais existentes no país têm asfalto e quase 40% das vias asfaltadas se encontram em precário estado de conservação

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) informou ontem que quase 40% das rodovias federais asfaltadas estão em mau estado de conservação. Levantamento do DNER citado pelo senador mostra que o país tem 90 mil quilômetros de estradas federais, sendo 51 mil asfaltados. "Destes, 19.940 quilômetros estão em mau estado", afirma. "A idade média dessas rodovias é de 20 anos, o que explica o grau elevado de deterioração em que se encontram", informa o senador.

Ele admite que o governo federal não pode mais destinar recursos elevados para a área, como ocorria nos anos 70, quando o Estado "investia até 2% do PIB na abertura e na conservação de estradas", afirma. A taxa de investimento dos últimos anos foi de 0,15% do PIB, de acordo com dados do DNER citados pelo senador.

— Ainda assim, as autoridades federais devem ter consciência de que tais recursos não podem ser classificados como despesa, mas como investimento — observa Hollanda.

O senador pediu ao governo federal que libere os recursos necessários à recuperação e à duplicação de trechos da rodovia BR-232,



Joel de Hollanda pediu ao governo que recupere a BR-232

que liga Recife ao oeste do estado de Pernambuco.

Ele relacionou vários trechos da estrada que precisam receber melhorias e informou que a BR-232 registra em média um fluxo diário de 11 mil veículos. A rodovia cruza vários centros urbanos com "elevado número de habitantes e significativa importância econômica, como os municípios de Caruaru, Arcoverde e Serra Talhada", afirma.

Em quase toda a sua extensão, de acordo com o senador, a rodovia está precisando de reparos relacionados com a pavimentação dos acostamentos, recapeamento, construção de terceiras faixas e abertura de ruas laterais. Também há necessidade, segundo o senador, de

duplicação nos trechos em que a rodovia se aproxima dos maiores centros urbanos.

Hollanda argumenta que as melhorias são necessárias "não apenas pela importância econômica da região atendida, mas também pela necessidade de tornar a rodovia mais segura". De acordo com dados da Polícia Rodoviária, no ano passado houve 1.218 acidentes na rodovia, com 770 vítimas e 80 mortes.

O DNER, informa o senador, alerta para o fato de que recursos destinados à conservação da malha federal vêm diminuindo, apesar do processo de envelhecimento das vias. A BR-232, por exemplo, embora construída há 25 anos, é a mais nova rodovia federal de Pernambuco.

## A situação das rodovias

» 51 mil quilômetros asfaltados

» 19,9 mil quilômetros estão em mau estado

» 20 anos é a idade média das rodovias



O senador disse reconhecer "a especial atenção destinada pelo presidente Fernando Henrique à recuperação das rodovias federais", mas ressalta que, ainda assim, a maior parte da malha rodoviária nacional encontra-se em "lastimável estado".

raís", mas ressalta que, ainda assim, a maior parte da malha rodoviária nacional encontra-se em "lastimável estado".

## Guerra quer garantia de emprego para servidores

O senador Paulo Guerra (PMDB-AP) cobrou ontem, em plenário, o cumprimento de dispositivo da reforma administrativa que assegura o emprego dos servidores públicos federais em exercício nos antigos territórios da União. Segundo ele, esses servidores vivem hoje sob uma verdadeira "síndrome da demissão".

Para Guerra, a iminência do anúncio, por parte do governo federal, de medidas para equilibrar as contas públicas traz especulações sobre a possibilidade de demissão de mais de 37 mil servidores públicos não estáveis em todo o país. Pela reforma administrativa, os servidores do quadro dos ex-territórios ficam colocados à disposição dos respectivos governos estaduais.

— Tal disponibilidade não pode



Guerra quer assegurar emprego de funcionários dos ex-territórios federais

ser confundida nem interpretada como um contingente prescindível, pois, ao contrário, é graças à presença de tais servidores que a máquina administrativa estadual consegue desenvolver suas ações sem solução de continuidade — afirmou o senador.

## Requião reclama de não publicação de ata

Autor de denúncias, feitas há um mês, sobre atos irregulares ocorridos no Banco do Estado do Paraná, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) perguntou ontem à Mesa do Senado por que "as atas que comprovam" essas irregularidades não foram publicadas nos Anais e no *Diário da Casa*, como ele havia pedido e como havia sido deferido pela presidência.

— A impressão que tenho é de que, para os efeitos oficiais do Congresso Nacional, não falei e não denunciei. Não posso concordar que, amanhã ou depois, eu seja acusado de omissão na denúncia de um fato seriíssimo, pelo esquecimento da Mesa ou da secretaria na transcrição do meu discurso — afirmou.

Na opinião de Requião, a im-

pressão que fica é a de que ele não compareceu à sessão e não falou no Congresso Nacional. "Não quero acreditar que tenha se tratado de censura à denúncia que fiz. Quero requerer que seja imediatamente sanado o erro ou o esquecimento da secretaria, publicando-se integralmente a ata do Banco do Estado, que eu tornei parte do meu pronunciamento, o que foi, a meu pedido, deferido pela Mesa", disse ele.

Presidindo a sessão, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) prometeu enviar a Requião as informações necessárias para dirimir essa questão. E disse não acreditar na hipótese de que o pronunciamento de Requião tenha sido censurado.

## ACM recebe homenagem do governo paraguaio

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, receberam a Ordem Nacional do Mérito, no grau de Grã-Cruz — maior condecoração oferecida pelo governo paraguaio —, das mãos do chanceler Dido Florentin Bogado. Também foram homenageados, no grau de Grande Oficial da mesma ordem, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Elcio Alvares (PFL-ES), Gilberto Miranda (PFL-AM) e Osmar Dias (PSDB-PR). O deputado Luís Eduardo Magalhães recebeu a comenda *post mortem*. Por incorreção, na edição de ontem (dia 15), foi atribuído ao diplomata o cargo de embaixador do Paraguai no Brasil, quando na verdade ele é ministro das Relações Exteriores daquele país.

## PROGRAMAÇÃO



## TV SENADO

## HOJE

0h45 - Jornal do Senado  
 1h - *Consulta Marcada* - O programa fala das "doenças da tireóide", com a endocrinologista Valéria Guimarães. Ela explica os problemas que afetam a tireóide, os tratamentos e as alterações da doença  
 1h55 - Senado em Pauta  
 2h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Linha Verde da Bahia  
 2h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista Walter Penna. Assunto: Tumores Osseos  
 3h - Jornal do Senado  
 3h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando a II Bienal de Fotografia  
 3h55 - Senado em Pauta  
 4h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o oeste baiano  
 4h30 - *Entrevista* - O senador Leonel Paiva fala sobre ensino público. Ele destaca o Fundo Constitucional da Educação, a valorização dos professores e a redistribuição das verbas para o ensino  
 4h55 - Senado em Pauta  
 5h - *Consulta Marcada* - O programa fala das "doenças da tireóide", com a endocrinologista Valéria Guimarães. Ela explica os problemas que afetam a tireóide, os tratamentos e as alterações da doença  
 5h45 - Jornal do Senado  
 6h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Remo  
 6h30 - *Especial/UNIP* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista Walter Penna. Assunto: Tumores Osseos  
 6h55 - Senado em Pauta  
 7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Hidroginástica  
 7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista Walter Penna. Assunto: Tumores Osseos  
 7h55 - Senado em Pauta  
 8h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Remo  
 8h30 - Jornal do Senado  
 9h - Sessão plenária (ao vivo)  
 12h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o dendê da Bahia  
 12h30 - *Entrevista* - O senador Leonel Paiva fala sobre ensino público. Ele destaca o Fundo Constitucional da Educação, a valorização dos professores e a redistribuição das verbas para o ensino  
 13h30 - *Consulta Marcada* - O programa fala das "doenças da tireóide", com a

endocrinologista Valéria Guimarães. Ela explica os problemas que afetam a tireóide, os tratamentos e as alterações da doença.  
 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)  
 18h30 - *Entrevista* - O senador Leonel Paiva fala sobre ensino público. Ele destaca o Fundo Constitucional da Educação, a valorização dos professores e a redistribuição das verbas para o ensino  
 19h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, as belezas do Amazonas  
 19h30 - *Consulta Marcada* - O programa fala das "doenças da tireóide", com a endocrinologista Valéria Guimarães. Ela explica os problemas que afetam a tireóide, os tratamentos e as alterações da doença.  
 20h30 - *Entrevista* - O senador Leonel Paiva fala sobre ensino público. Ele destaca o Fundo Constitucional da Educação, a valorização dos professores e a redistribuição das verbas para o ensino  
 21h - Jornal do Senado  
 21h15 - *Palestra* - Com o psicoterapeuta Flávio Gikovate - "Cooperação ou Competição no Trabalho"  
 22h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando o compositor e intérprete Borghette, com a participação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional  
 23h - *Consulta Marcada* - O programa fala das "doenças da tireóide", com a endocrinologista Valéria Guimarães. Ela explica os problemas que afetam a tireóide, os tratamentos e as alterações da doença  
 24h - *Entrevista* - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista a atriz e cineasta, Ana Maria Magalhães. Ela fala do filme sobre a vida de Odete Lara.  
 Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

## RÁDIO SENADO

## HOJE

8h - Agenda Senado  
 Em seguida - música e informação  
 9h - Sessão plenária (ao vivo)  
 Em seguida - música e informação  
 15h - Reprise da sessão plenária  
 Em seguida - música e informação  
 19h - "A Voz do Brasil"  
 Em seguida - música e informação  
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
 Em seguida - música e informação  
 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
 Em seguida - música e informação  
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
 Em seguida - música e informação

## COMO SINTONIZAR

## TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

## RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Projeto que amplia combate ao racismo vai para a Câmara

Aprovada em caráter terminativo na CCJ, proposta do senador Abdias Nascimento procura tornar mais eficaz a luta contra a discriminação

Foi enviado à Câmara dos Deputados projeto de lei de autoria do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) permitindo que o instrumento da ação civil também seja utilizado pelo Ministério Público ou por entidades da sociedade na defesa da dignidade e/ou da honra de grupos raciais, étnicos ou religiosos e, inclusive, para obter reparação de danos quando não for possível evitá-los. O projeto havia sido aprovado em caráter terminativo, com emendas apresentadas pelo relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na última terça-feira, transcorreu o prazo regimental sem que tenha sido apresentado recurso para exame da matéria pelo plenário do Senado.

Em sua justificativa, Abdias Nascimento explica que três meses após a promulgação da Constituição de 88 foi aprovada a Lei nº 7.716, que prevê punição para os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, mas apenas no que se refere à recusa ou impedimento de acesso a



Abdias diz que há uma lacuna legal impedindo a equidade



Josaphat deu parecer favorável com emendas ao projeto

serviços, locais públicos e privados, empregos e transportes. Em seguida, continua o senador, veio a Lei 8.081, acrescentando o artigo 20 à Lei 7.716/89. "Mas o ato discriminatório ou preconceituoso ali definido só se configura se cometido 'pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza'. Inegável, portanto, a dispersão e precariedade da legislação atual sobre a matéria, a qual exi-

ge imediato aperfeiçoamento para uma aplicação eficaz", diz o senador.

Abdias esclarece que o objetivo do seu projeto é dotar os diversos grupos de um instrumento ágil e eficaz que lhes possibilite enfrentar as manifestações de racismo e discriminação, cobrindo uma lacuna legal que impedia a equidade social e não garantia os direitos essenciais da pessoa humana à raça negra no Brasil.

## Prorrogadas inscrições para concurso sobre Israel

O Grupo Parlamentar Brasil-Israel e o Movimento Cristão do Brasil (MCB) decidiram prorrogar as inscrições para o concurso nacional de monografias sobre o tema Cinquentenário da Proclamação do Estado de Israel. Os interessados podem enviar seus trabalhos até o dia 17 de novembro, data limite para a postagem nos Correios.

O anúncio foi feito pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), diretora de Assuntos Culturais e Históricos do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, presidido pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

O concurso é destinado a estudantes de 2º grau, matriculados em qualquer escola do país, e vai premiar os três melhores trabalhos com viagens à Terra Santa, em Israel, no período do Natal. Os vencedores receberão também

prêmios em dinheiro no valor total de R\$ 6 mil.

Emília Fernandes destacou que o objetivo do concurso é "fomentar a participação dos estudantes na busca do conhecimento sobre a importância histórica e cultural de Israel, fortalecendo, assim, os laços de amizade entre os dois povos".

Além do MCB e do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, a promoção do evento conta com a participação da CNBB, Associação Brasileira de Imprensa, Embaixada de Israel, Conselho de Pastores e Conferência Israelita do Brasil.

Informações adicionais podem ser obtidas através dos seguintes endereços: fones (061) 329-5541 e 329-5539; fax (061) 318-2179; www.mcb.org.br (fonte para pesquisa) e, ainda, pelo e-mail jesusristo@mcb.org.br.

## Consulta Marcada fala de tireóide

A glândula tireóide, responsável pela produção de hormônios que funcionam como uma espécie de combustível para o organismo, é o tema que será debatido hoje no programa *Consulta Marcada*, produzido pela TV Senado. O programa vai ao ar às 5h, 13h30, 19h30 e 23h.

## Leonel analisa educação na TV Senado

As conseqüências para a Educação dos cortes efetuados pelo governo no Orçamento serão analisadas pelo senador Leonel Paiva (PFL-DF), em entrevista transmitida hoje pela TV Senado.

No programa, que vai ao ar às 4h30, 12h30, 18h30 e 20h30, o senador vai falar também sobre a situação salarial do professor.





Para Marina, PT deve optar por projeto político mais identificado com fortalecimento da democracia

## Marina quer ver o PT apoiando Mário Covas

A senadora Marina Silva (PT-AC) sugeriu ontem que o PT apóie o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, Mário Covas. Ela também pediu a união de todas as forças identificadas com a democracia em torno da candidatura petista do governador Cristovam Buarque, no Distrito Federal.

– Se é verdade que aqui no Distrito Federal o projeto que está mais identificado com o ideal democrático é o do companheiro Cristovam Buarque, e para ele deverão ir todos aqueles que querem ter um governo que não leve ao retrocesso as conquistas do povo brasileiro, devemos ter essa mesma capacidade de avaliação nos lugares onde fomos derrotados – alertou a senadora.

Na opinião de Marina, contribuir para a consolidação da democracia deve permanecer como o principal objetivo do Partido dos Trabalhadores. Ela lamentou os prejuízos causados pelo uso indevido das pesquisas eleitorais ao candidato da oposição à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e à candidata do PT ao governo de São Paulo, deputada Marta Suplicy. A senadora comentou que a melhor resposta que o PT poderá dar no momento é mostrar que a democracia para o partido não é algo circunstancial, mas um fim em si mesma. Por isso, defendeu o apoio à reeleição de Covas.

– Tenho absoluta certeza de que o PT terá clareza para identificar qual é a candidatura que mais fortalece a democracia no estado de São Paulo. Se colocarmos os dois projetos que estão disputando o segundo turno, com certeza a trajetória de Mário Covas, em que pesem todas as divergências políticas que possamos ter com a forma de seu governo, nem se compara à do outro candidato – afirmou.

# Emília homenageia professores e defende valorização do magistério

Para a senadora, baixos salários e a pressão própria da profissão colocam aqueles que optam pela carreira numa situação que varia entre a insegurança e o descrédito

Ao homenagear os professores pela comemoração do seu dia, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) afirmou ontem que, além de garantir o acesso à educação para todos por meio de um ensino de qualidade, o governo precisa assegurar mercado de trabalho para os jovens. Ela argumentou que somente dessa forma o processo de ensino deixará de ser elitista, excludente e ineficaz.

– Para isso, as mudanças no processo educacional devem estar integradas com um grande debate nacional que resulte na adoção de uma política econômica que combine desenvolvimento com soberania, valorização dos direitos sociais e democracia –



Emília pediu mudanças que tornem o ensino no país menos elitista

sugeriu.

Na opinião da senadora gaúcha, a melhoria da qualidade de ensino tem de contemplar a valorização dos professores, que inclui salários dignos, estímulo e aperfeiçoamento. Emília completou que a educação não poderá continuar sendo tratada como um subproduto da atual política econômica.

Analisando a presente situação da educação brasileira, Emília Fernandes constatou que é crescente o esvaziamento dos cursos de

formação de professores. Na sua opinião, o fato de se deve principalmente à falta de perspectivas salariais para a carreira do magistério.

### REFLEXÃO

O senador Paulo Guerra (PMDB-AP) também homenageou os professores e pediu que fosse feita uma reflexão sobre a educação no país.

– Na virada para o terceiro milênio, aumenta a importância dos professores para a construção de uma sociedade democrática, competitiva e preparada para os novos desafios. Esse novo paradigma impõe que os professores de todo o país estejam conscientes de seu papel – disse ele.

## Saad diz que eleições revelaram a falência dos partidos políticos

Na maioria dos estados brasileiros, e particularmente em Goiás, a campanha eleitoral foi uma demonstração da pulverização dos partidos e da fragilidade das instituições políticas, disse ontem o senador José Saad (PMDB-GO). Siglas, programas e princípios partidários foram engolidos por acordos eleitorais reveladores de um “vale-tudo do qual nem o PT se salvou”, acrescentou.

No caso de Goiás, José Saad enfatizou que os adversários de Iris Rezende, que disputará o 2º turno com o deputado Marconi Perillo (PSDB), quiseram apresentar ao eleitorado “uma panelinha de deboches, quando nós temos a exibir um painel” de realizações que mudaram as condições econômicas e sociais do estado.

Iris Rezende, relatou o senador, iniciou a campanha com 70% das preferências eleitorais, conforme os institutos de pesquisa, e “viu questionada a sua votação porque a ela se antepôs um palhaço de circo e de televisão”. Segundo Saad, ao contrário do que afirmam os adversários de Iris, o



Segundo Saad, “nem o PT se salvou” do vale-tudo eleitoral

PMDB exerceu o poder em Goiás por 12 anos, enquanto cinco ex-governadores do estado que apoiaram Perillo “são responsáveis pelo exercício de 24 anos de poder, de mando e desmando”. O contínuo, representante de forças políticas reacionárias e atrasadas, estaria, na opinião do senador, encarnado no adversário de Iris, “que, além da UDR de Ronaldo Caiado, conta com o apoio do PPB, PFL e PSDB”.

O apoio do PT a Perillo representaria, no entendimento de Saad, “a descaracterização absoluta de uma das últimas reservas de coerência partidária, que é o PT de Goiás”.

## Requião pede mudanças na votação eletrônica

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) fez um apelo ao Senado, durante a sessão plenária de ontem, para que solicite ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a adoção de um comprovante impresso registrando as opções do eleitor, a ser depositado em urna específica, a fim de garantir a validade do voto dado na urna eletrônica. Para o senador, somente o voto impresso, ao lado da urna eletrônica, poderá assegurar ao eleitor a validade de seu voto e evitar fraudes nas eleições.

Requião questionou o sistema de votação por urna eletrônica, afirmando que não há segurança para evitar fraudes. Segundo o senador, pode ser instalado, no atual sistema, um programa fraudulento, capaz de apagar da memória da máquina o voto do eleitor, sem deixar qualquer vestígio de irregularidade.

As observações de Requião foram feitas com base na avaliação de Amílcar Brunaso Filho, que fez um estudo sobre o sistema de voto eletrônico e o distribuiu pela Internet. De acordo com essa análise, citada pelo senador, não dá para saber se o

programa compilado de votação feito pelo TSE é o que foi gerado nas urnas eletrônicas no momento do voto.

– Essa questão surpreende pela ingenuidade com que tem sido abordado o sistema de segurança do voto eletrônico. Há dois anos, o senhor Amílcar Filho vem denunciando, através da Internet, esse procedimento no sistema de voto eletrônico, alertando que um código fraudulento bem feito pode apagar da memória o que já foi processado sem deixar pistas – disse Requião.

A regulamentação da lei eleitoral, observou Requião, é omissa nesse sentido, pois não trata do chamado subsistema de apuração, que é a urna eletrônica. Os partidos políticos, acrescentou, deveriam também reivindicar um sistema paralelo de voto impresso para comprovar o eletrônico, pois somente assim será possível conferir, posteriormente, o resultado da votação.

– Sem esse sistema de voto impresso, perícias posteriores não garantem que o sistema de votação na urna eletrônica não tenha sido fraudado – afirmou.